

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.322.778 - MT  
(2018/0172856-0)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**AGRAVANTE : ESTADO DE MATO GROSSO**  
**PROCURADOR : JENZ PROCHNOW JUNIOR E OUTRO(S) - MT005432**  
**AGRAVADO : MARIA SHIRLEI DE AMORIM**  
**ADVOGADO : SIDINEIA DELFINO LIRA FALCO - MT014726**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS. URV. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. NÃO OCORRÊNCIA.

1. Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo n. 3).
2. Infirmar o entendimento alcançado pela Corte de origem, a fim de acolher as teses suscitadas pelo recorrente, demandaria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, inviável na via de recurso especial (Súmula 7 do STJ).
3. Segundo o entendimento firmado por este Tribunal, nas hipóteses de pleito de diferenças salariais oriundas da conversão de cruzeiros reais para URV, não se opera a prescrição do fundo de direito.
4. Agravo interno desprovido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina e Regina Helena Costa (Presidente) votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 11 de dezembro de 2018 (Data do julgamento).

**MINISTRO GURGEL DE FARIA**

Relator